

INTERCONEXÕES ENTRE LITERATURA E ESTUDOS PÓS-ESTRUTURALISTAS: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS PARA AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

INTERCONNECTIONS BETWEEN LITERATURE AND POST-STRUCTURALIST STUDIES: INVESTIGATING POSSIBILITIES FOR REPRESENTATIONS OF GENDER AND SEXUALITY

Daniele Ribeiro de Faria¹

Vanderlei Barbosa²

RESUMO: Com o advento dos estudos pós-estruturalistas, abre-se um leque de possibilidades para interrogar e problematizar os discursos dominantes e penetrar nas diversas áreas do saber, entre elas, a Literatura. Dessa forma, é apresentada a importância de se inserir, por meio das discussões suscitadas, o caráter construído e provisório das representações de gênero e sexualidade, a diversidade dos sentidos ficcionais que vão se formando e a intersecção entre o estético e o político da obra literária. Trazendo como objeto de análise o romance *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles, a investigação de cunho pós-estruturalista busca observar não somente o texto literário, mas interrogar o que há por trás dele, de onde parte esse discurso autorizado, quais modos de subjetivação estão em funcionamento. Por fim, propõe-se uma leitura que seja capaz de reconhecer o texto literário com toda a sua multiplicidade de discurso, como um espaço de confronto de linguagem, ambiguidades, contradições e também como lugar de resistência e rupturas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Discurso. Teorias Pós-estruturalistas. Representação. Gênero.

1 ENTRELAÇANDO LITERATURA ÀS VERTENTES TEÓRICAS PÓS-ESTRUTURALISTAS

Com o advento dos estudos pós-críticos nas duas últimas décadas, outras formas de compreender o social foram sendo impulsionadas nos espaços político-acadêmicos. Dentro dessas perspectivas, abre-se um leque de possibilidades para interrogar, desnaturalizar e problematizar os discursos dominantes e o *status quo*, penetrando capilar e politicamente as diversas áreas do saber.

Ao se apropriar das teorizações foucaultianas e dos Estudos Culturais no início dos anos 1990, a linguagem passa a ocupar uma posição primordial nas teorias pós-estruturalistas. Sendo assim, as questões que envolvem identidades e diferenças ganham destaque, e as estruturas são substituídas pelo discurso. A função da linguagem é tida como essencial não apenas para se comunicar e se expressar, mas também porque é nela que o sujeito se funda e se reconhece,

¹ Universidade Federal de Lavras. E-mail: daniribeirof.2@gmail.com

² Universidade Federal de Lavras. E-mail: vanderleibarbosa@ded.ufla.br

Revista Literatura em Debate, v. 14, n. 26, p. 129-144, jul./dez. 2020. Recebida em: 31 ago. 2017. Aceita em: 10 ago. 2019.

apropriando-se do mundo e de seus significados, e é nesse processo que nossas identidades e a de outros sujeitos são constituídas.

Ao se fazer um recorte de gênero, sabe-se que os discursos foram construídos de forma a inferiorizar e ocultar as mulheres e demais minorias nos diversos campos do conhecimento. No interior desses discursos, foram engendradas identidades hegemônicas de gênero, pautadas por uma oposição binária masculino/feminino, a qual era baseada principalmente em concepções biológicas e naturalizantes. São os saberes médicos, religiosos, científicos, jurídicos, pedagógicos, filosóficos e até mesmo literários que vão reforçar, sustentar e fixar essas identidades, colocando-as em circulação na sociedade através dos discursos.

Investigar, por exemplo, a representação feminina por meio de artefatos culturais requer pensar as identidades de gênero sendo construídas no interior de um sistema de representação de uma dada sociedade. Ser mulher ou ser homem é assumir uma identidade construída social e culturalmente, portanto, não existe identidade fora da representação, pois só é possível dar sentido às identidades por meio dela. De acordo com Silva (2014, p. 91), “representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’”. Ainda segundo o autor,

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade [...]. Questionar a identidade e a diferença, significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação (SILVA, 2014, p. 91).

Se a representação, entendida aqui como um processo cultural, inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos, materializando-se na linguagem, como podemos pensar as representações de gênero e sexualidade por meio dos discursos literários? Como as identidades femininas constituídas no interior dos sistemas de representação vão se diferenciar das identidades masculinas?

Ao problematizar tais questões, é válido pontuar que determinados arranjos sociais e históricos fornecem condições necessárias para que as culturas sejam produzidas e, com isso, a formação das identidades. O gênero também é entendido aqui como constituinte da identidade (assim como a classe, a raça, a etnia, etc.).

São as representações, portanto, que vão estabelecer essas identidades e, em seu interior, existe um sistema de regras e normas que vai determinar o que é aceitável e legítimo. Dando enfoque aos pressupostos pós-estruturalistas, a representação é concebida como um sistema de significação, ou seja, uma forma de atribuição de sentido e, como todo sistema linguístico e

cultural, a representação é indeterminada, ambígua, arbitrária e estreitamente conectada com as relações de poder (SILVA, 2014).

Em suma, é preciso entender que a linguagem é um instrumento de poder capaz de fixar, incluir, impor, normatizar e excluir as identidades. Ela cria representações através de seus enunciados, atribuindo sentido às identidades. Para dar legitimidade e efeitos de verdade às representações e aos sistemas simbólicos, os discursos são postos em circulação, reforçando e reproduzindo posições hierarquizadas dos sujeitos em uma dinâmica de relações de poder. O discurso produz e reproduz, ao mesmo tempo, poder e conhecimento, como também molda e define o sujeito. É por isso que, dentro da perspectiva foucaultiana, existe uma relação entre produção de verdade e formas de subjetividade. (FOUCAULT, 2010).

Em uma sociedade na qual a experiência masculina possui supremacia e a experiência feminina é colocada como secundária e trivial, a literatura também se mostra carregada dessa valorização do masculino, uma vez que ela fornece imagens da sociedade. As representações literárias contêm em si relações de contiguidade com os aspectos da realidade.

Discorrendo sobre essa questão, Teixeira pontua que

As representações do feminino no discurso literário têm sua constituição calcada em apreciações de ordem moral e valorativa e em modelos de comportamentos presos ao espírito da nossa cultura, sendo, indubitavelmente, regidas pela lógica patriarcal. No mundo possível, apresentado na narrativa literária e sustentado por laços mantidos com o mundo real, ocorre a seleção dos fragmentos da vida utilizados na construção de um sentido de realidade, em que se misturam processos ideológicos, dos quais surgem a legitimação de um fato social: a condição feminina. (TEIXEIRA, 2009, p. 87)

Assim como na literatura, outros enunciados de diferentes épocas vão fazer circular as representações de gênero que, baseadas em concepções biológicas e naturais, inferiorizam as mulheres. A partir dessas representações, os sujeitos são levados a desenvolver suas identidades. Portanto, como sabemos, a formação dessas identidades vai se modificando ao longo do tempo, uma vez que, no interior da cultura, ocorrem muitas disputas, negociações e transformações em torno das identidades de gênero e também sexuais.

Sendo assim, podemos falar em literatura como artefato cultural, ou seja, como sendo resultado de um processo de construção social, já que ela também vai ser formada por representações que foram produzidas a partir de significados culturais e, ao mesmo tempo, vai reproduzir esses significados através de seus enunciados. Nesse contexto, consideramos que a literatura, ao integrar vivências sociais e currículos escolares, também apresenta potencial formativo de identidades, ou seja, pode ser comparada a artefatos midiáticos agindo como uma pedagogia cultural. Para Sabat (2001, p. 9) essa pedagogia considera que artefatos que integram as diferentes culturas “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser; fabricam

identidades e representações; constituem certas relações de poder”. Nesse âmbito, é possível encontrar representações femininas em que a mulher é dócil, do lar, pura, dedicada ao matrimônio e ao esposo, concepções bastante vigentes no século XIX. Mas também há algumas rupturas, como a mulher que exerce a sua sexualidade de uma forma mais livre, que não se prende a determinadas convenções sociais, que ocupa espaços públicos, representações estas mais frequentemente observadas a partir do século XX, evocando a “nova mulher” que vai se estabelecer na contemporaneidade.

As representações de gênero, regidas por convenções sociais de cada época, sofreram transformações significativas ao longo do tempo. Conhecer as circunstâncias das práticas discursivas é levar em conta o contexto histórico e cultural dentro do qual elas estão inseridas, um exercício primordial para que possamos perceber as transformações ocorridas, compatíveis com as mudanças culturais de uma sociedade. E, tal como a sociedade, o discurso literário não escapa das relações de poder, tendo em vista que o poder é capilar, atravessando e permeando as mais diversas instâncias sociais, bem como suas instituições.

Não é raro observarmos como a literatura, considerada um dos vários artefatos culturais, torna-se mantenedora do *status quo*. Contudo, há também o texto literário que se entremeia entre a tradição e a transgressão, ora reforçando as imposições sociais, ora promovendo rupturas. Sem deixar de mencionar também aquela literatura que se apresenta como ato de rebeldia, contestação, transgressão ao que está (im)posto socialmente, na qual os sujeitos negociam seus espaços, seus modos de ser e viver e, principalmente, de (se) representar. São colocadas no interior desses discursos as diferenças culturais e sexuais dos sujeitos, suas múltiplas formas de pertencer, de exercer suas singularidades, de se expressar. É a literatura que “sai do armário”, da “senzala”, da “cozinha” e da “alcova”, fazendo coro ao caráter político da literatura, sem deixar de lado o fator estético, artístico.

2 ABORDAGENS PÓS-ESTRUTURALISTAS EM LITERATURA: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS

Ao pensar o objeto literário como estando atrelado a diversas práticas culturais, cabe lembrar que também essas práticas vão constituir sujeitos, corpos, gêneros, sexualidades, enfim, as muitas maneiras de se relacionar com si próprio e de estar inserido no mundo. Ademais, faz-se necessário um olhar mais acurado para os “ditos” e “escritos” em tempos e lugares diferentes para, a partir disso, poder problematizar, interrogar, desconstruir verdades e essências. Nesse

âmbito, é relevante analisar também as relações de poder observadas no discurso literário e que envolvem produções de saberes e verdades.

Ao fazer a análise de excertos literários, é importante perceber as regras de formação ou as condições de possibilidade dos enunciados, como os regimes de verdade são formados em uma dada sociedade e como os discursos “verdadeiros” são reproduzidos e transmitidos. Mas tais formações discursivas não deixam de abrir brechas para o exercício de desnaturalização e de desconstrução, para perceber a presença de diversas e simultâneas noções de verdade; ou até mesmo para desestabilizar a fixidez das identidades de gênero.

O olhar crítico deve transitar entre o texto e o contexto, buscando as especificidades de uma realidade temporal e espacial na qual a obra foi produzida, bem como estabelecer relações com outros discursos de outros tempos e lugares, sempre no movimento de perceber as manutenções e as discontinuidades nas representações de gênero. É uma investigação que busca, sobretudo, observar não somente o texto, mas interrogar o que há por trás dele, de onde parte esse discurso autorizado, quais modos de subjetivação estão em funcionamento. Sim, interrogar, não no sentido de saber “o que é isso”, mas sim “como isso funciona” ou “o que posso fazer com isso” (PARAÍSO, 2014).

Adotando algumas das estratégias da metodologia pós-crítica de análise, destacamos uma em especial, que é a de *multiplicar*:

Multiplicar os sentidos de todos os textos, discursos, linguagens, artefatos que investigamos é outro procedimento importante em nossas pesquisas. Multiplicamos em nossas análises os significados daquilo que lemos na luta para mostrar a não fixidez do significado. Multiplicamos as possibilidades de descrição-analítica e de análise-descritiva. Multiplicamos as diferenças para fazê-las proliferar. Em síntese, multiplicamos para que tudo que é enunciado no material de investigação com o qual trabalhamos em nossas diferentes pesquisas não fique paralisado, fixo, permanente ou se torne “é”. Na operação do multiplicar, quando vemos o “é” em operação, perguntamos em seguida: será? Usamos o “e” que justapõe, soma e acrescenta sentidos (PARAÍSO, 2014, p. 41).

Esse exercício da multiplicação requer a pluralidade de perspectiva, de “olhos e olhares”, de forma a dar não somente um, mas vários sentidos ao texto. Por isso, uma análise literária não tem a pretensão de ser definitiva, pelo contrário, ela mostra-se provisória, contínua, aberta a outras construções e reconstruções de sentidos e acréscimos.

Assim, a problematização dos processos que naturalizam determinadas construções sociais pode favorecer uma qualificação das relações sociais. E, nesse contexto, a literatura pode atuar como uma relevante estratégia para provocação de discussões, pois, por meio da leitura reflexiva e contextualizada de uma situação, é possível analisar discursos que valorizam as identidades e práticas hegemônicas e marginalizam outras. Quando nos referimos à sua dimensão

pedagógica, nos remetemos ao poder que o discurso literário tem de exercer uma função reguladora por meio das representações.

Ao pontuarmos essas questões, podemos nos reportar a Foucault (2010), ao abordar como os diversos discursos, sustentados por um sistema de instituições, buscam legitimar-se como discurso verdadeiro. Para ele, algumas realidades são obscurecidas pelos discursos e outras, enaltecidas, atendendo a diversos interesses ligados a redes de poder de uma dada sociedade. É através dos discursos que as “verdades” são estabelecidas, mantidas, selecionadas, validadas e disseminadas.

Conforme nos elucidam Santos (2012, p. 204):

A ‘verdade’ não é legitimada por estar no ‘verdadeiro’, mas sim por refletir uma instância institucional do discurso dominante, então responsável por disciplinar as práticas discursivas e as controlar. Assim, irrompe-se a consciência de que as regras através das quais os discursos funcionam não são universais, mas determinadas historicamente, como um *a priori* da formulação do conhecimento. (SANTOS, 2012, p. 204)

Assim, ao discorrer sobre as práticas discursivas e a sua dimensão social, reiteramos que a literatura exprime e reproduz, por meio dos seus enunciados, os valores e as representações de uma determinada sociedade situada em um período histórico específico. Muitas dessas representações pretendem-se normativas e padronizadas, estando em conformidade com o “discurso verdadeiro”, com o intuito de preservar a tradição de sua época. Todavia, também encontramos rupturas no que tange às representações de gênero, classe, raça e outras marcas sociais.

Ao dar enfoque aos Estudos Culturais e Estudos de Gênero vinculados à vertente pós-estruturalista de análise, as perspectivas teóricas, a rigidez, as essências, o pensamento absoluto, as verdades tidas como universais, totalizantes e imutáveis são questionadas o tempo todo, dando lugar às indagações, às incertezas, às desconstruções, ao múltiplo, sem que para isso precisemos apegar-nos a respostas ou soluções definitivas (BECK; GUIZZO, 2013).

Complementando o exposto, Meyer (2014, p. 56) postula que

Tudo isso demanda uma disposição indispensável a quem faz pesquisa pós-estruturalista, nessa interface: admitir que nossas pesquisas também não permitem o acesso à verdade. Elas permitem a descrição, a análise, a problematização e/ou a modificação de verdades contexto-dependentes. Operar com essa noção supõe considerar toda verdade como sendo contexto-dependente, o que envolve problematizá-las como verdades sancionadas e aceitas, em determinados grupos, em determinadas condições, em determinadas épocas, no contexto de determinadas redes de poder (MEYER, 2014, p.56).

Não é raro observarmos o predomínio de obras literárias canonizadas nos espaços escolares, na tentativa de manter o espaço hegemônico da literatura, o qual é sustentado pela Revista Literatura em Debate, v. 14, n. 26, p. 129-144, jul./dez. 2020. Recebida em: 31 ago. 2017. Aceita em: 10 ago. 2019.

força da tradição e pelas relações de poder. Ao refletir acerca dos saberes validados sobre a literatura, é necessário questionar sobre quais bases valorativas o estatuto literário se apoia. O que determina um texto canônico, aquele de maior valor literário, e um texto não-canônico? Que instâncias legitimadoras são essas que têm o poder de conferir o que é “bom” ou “ruim”, e como elas são formadas, institucionalizadas? Enfim, são questões que envolvem investigar a fundo as formações discursivas de determinados campos de saber de uma dada sociedade, a fim de perceber que as atribuições valorativas são socialmente construídas.

Não há uma “essência” literária ou uma verdade fundante sobre ela, mas sim negociações, interesses, jogos de poder. As instâncias sociais, como a crítica literária, a imprensa, a editora, etc., são espaços importantes para valorizar e legitimar determinados textos literários e rejeitar outros. Isso nos leva a pensar também sobre como a literatura de autoria feminina e negra foi, por exemplo, ocultada da historiografia literária oficial durante muito tempo. Dessa forma, recorreremos à visão de Louro (1997), ao notar a inquietante ausência das mulheres como sujeito da história. Para ela, o silêncio dos registros históricos em relação às mulheres, sobretudo as mulheres negras e pobres, só podia ser uma história mal contada, cheia de lacunas, de ocultamentos, de invisibilizações. Era preciso, pois, mais do que reconstituir as mulheres como sujeitos sociais e “sujeitos do conhecimento”, promover um abalo nos paradigmas teóricos vigentes.

Contudo, não há como desprezar a importância do cânone como um constructo histórico e cultural. A ficção canônica carrega com ela vários aspectos concernentes à sociedade de uma determinada época, os quais vão dizer muito sobre como se dava o seu funcionamento. Por meio do cânone, também nos aproximamos dos discursos hegemônicos, os quais vão fazer circular os (pré)conceitos, os valores, as crenças, a moral e as normas de conduta. Compartilhamos a visão de Cosson (2016), quando ele sai em defesa do indispensável diálogo que deve ser travado com a nossa herança cultural. Para o autor:

Aceitar a existência do cânone como herança cultural que precisa ser trabalhada não implica prender-se ao passado em uma atitude sacralizadora das obras literárias. Assim como a adoção de obras contemporâneas não pode levar à perda da historicidade da língua e da cultura. É por isso que ao lado do princípio positivo da atualidade das obras é preciso entender a literatura para além de um conjunto de obras valorizadas como capital cultural de um país. A literatura deveria ser vista como um sistema composto de outros tantos sistemas. Um desses sistemas corresponde ao cânone, mas há vários outros, e a relação entre eles é dinâmica, ou seja, há uma interferência permanente entre os diversos sistemas (COSSON, 2016, p. 34).

De acordo com Carlos Gomes (2013, p. 278), “o texto literário é antes de qualquer leitura, um espaço plural, um espaço de confronto de linguagens e de memórias”. E por que não revisitar

esses cânones para problematizar diversos enunciados, refletindo sobre as condições facilitadoras para a consolidação de determinadas práticas discursivas em detrimento de outras?

Partindo dessa visão da literatura como fonte profusa para se pensar as muitas relações sociais, desde o estabelecimento do cânone às representações das personagens produzidas a partir de significados culturais, criam-se espaços para outras reflexões e indagações, como, por exemplo, as resultantes das questões permeadas por relações de gênero. Nos textos literários, nota-se que há um predomínio de tramas ficcionais marcadas por representações identitárias legitimadas culturalmente. Essas identidades referem-se à masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã (MEYER, 2013).

Todavia, outros textos ficcionais vão apresentar personagens que subvertem os padrões de gênero. Com isso, pode-se afirmar que a literatura é uma fonte rica para se analisar a construção das representações de gênero e sexualidade ao longo da história. Para isso, é preciso ter em mente que a literatura é o resultado de um conjunto de circunstâncias culturais. Sendo assim, interessa menos interrogar o passado e mais saber quais foram os acontecimentos que fizeram com que nós fossemos o que somos hoje. Nas palavras de Scott (1998, p. 304), “precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam as suas experiências”, considerando aqui experiência como um acontecimento linguístico.

Ainda de acordo com Scott (1998, p. 321):

O tipo de leitura que eu tenho em mente não presumiria uma correspondência direta entre as palavras e as coisas e nem se confinaria a significados únicos, nem tem por objetivo a resolução da contradição. Não tornaria o processo linear, nem repousaria as explicações em simples correlações ou variáveis únicas. Eu daria à linguagem “literária” um status próprio, integral, até mesmo irreduzível. Conferir tal status não é fazer “do literário” fundamento, mas sim abrir novas possibilidades para analisar as produções discursivas de realidade social e política, como processos complexos e contraditórios.

Ao partir da análise das relações de gênero, as problematizações recaem sobre as múltiplas facetas das identidades de gênero presentes nos textos literários, observando sempre como as personagens são descritas, como as relações de poder tradicionais são estabelecidas em uma sociedade de origem patriarcal³, colocando as mulheres e demais grupos minoritários numa posição de sujeição ao poder dominante, e como a construção dos perfis identitários se modifica de acordo com o período histórico correspondente a cada narrativa analisada. Quais as rupturas, as transgressões ou ainda as manutenções dos padrões sociais vigentes e as relações de poder que

³ Embora desconsidere o caráter universal, totalizante e trans-histórico do patriarcado, importante frisar que o Brasil ainda guarda fortes resquícios de um modelo patriarcal de família herdado da colonização e adaptado ao modo de organização social que era, naquele tempo, latifundiário e escravagista, atravessando os períodos subsequentes da história e orientando as normas jurídicas brasileiras e demais instituições. Revista Literatura em Debate, v. 14, n. 26, p. 129-144, jul./dez. 2020. Recebida em: 31 ago. 2017. Aceita em: 10 ago. 2019.

transitam em toda a narrativa e impulsionam a produção dos discursos? Também pensar, através da literatura, como as representações de gênero e sexualidade aparecem e ainda repercutem na sociedade atual e que caminhos são possíveis de serem vislumbrados para se pensar numa educação dos sujeitos. Não o sujeito assujeitado, controlado, adequado, mas o sujeito ativo, reativo, criativo.

3 TEXTO E CONTEXTO EM *AS MENINAS* DE LYGIA FAGUNDES TELLES: BREVES ANÁLISES

Nos anos 1970, significativas mudanças sociais passam a ser gestadas com os impactos diretos das revoluções que as precederam. Lygia Fagundes Telles surge como escritora em um momento em que as mulheres passaram a tomar a palavra e, por fim, construir as suas próprias representações.

Na década anterior, eclode o que vão chamar de “revolução sexual” juntamente com o advento da contracultura e os movimentos estudantis e de esquerda. É também na mesma época que temas até então considerados tabus, como a sexualidade feminina, a homossexualidade, o aborto, a questão racial, os relacionamentos não-convencionais, entre outros, vão ser falados mais abertamente, gerando intensos debates e estratégias de reivindicações de suas pautas por parte dos movimentos. O surgimento da pílula anticoncepcional, por sua vez, vai possibilitar à mulher maior poder de decisão em relação à maternidade e, conseqüentemente, maior acesso à informação sobre a reprodução humana.

Com o reaparecimento dos movimentos feministas no final dos anos de 1960, na chamada “segunda onda”, mulheres passam a reivindicar seu espaço no âmbito acadêmico e no fazer intelectual, destacando a importância da construção de um campo teórico voltado para os *estudos da mulher*, além de participar de intensas mobilizações e lutas políticas. Nessa época, após a publicação de *O segundo sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, outros clássicos feministas foram lançados, como *A mística feminina* (1963) de Betty Friedman e *Política Sexual* (1969) de Kate Millett. Também foi possível observar um crescimento nas publicações de revistas, livros e artigos dentro das mais diversas perspectivas analíticas (LOURO, 1997). Com o slogan “O pessoal é político”, estudiosas e militantes passaram a problematizar a dicotomia público/privado, trazendo à seara das discussões políticas, questões antes reservadas apenas ao domínio da vida pessoal e familiar, uma vez que, para elas, as relações entre os sexos não estavam imunes às dinâmicas de poder.

Toda essa efervescência política, cultural e comportamental, de norte a sul do mundo, deu um protagonismo histórico à juventude da época e aos movimentos sociais, com suas políticas de

identidade, como é o caso do gênero, da raça e etnia, da política lésbica e gay, etc. De acordo com Woodward (2014, p. 34):

Esses “novos movimentos sociais” emergiram no Ocidente nos anos 60 e, especialmente, após 1968, com a rebelião estudantil, o ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis. Eles desafiaram o *establishment* e suas hierarquias burocráticas, questionando principalmente as políticas “revisionistas” e “estalinistas” do bloco soviético e as limitações da política liberal ocidental. As lealdades políticas tradicionais, baseadas na classe social foram questionadas por movimentos que atravessam as divisões de classe e se dirigiam às identidades particulares de seus sustentadores [...]. A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada.

Na América Latina, protestos foram formados contra os regimes ditatoriais que foram se estabelecendo em alguns países. No Brasil, a ditadura teve início com o golpe militar de 1964. Após isso, estudantes de classe média passaram a organizar mobilizações e atos de protestos, sendo intensificados em 1968 com a implantação do AI-5, responsável por suspender as liberdades de modo mais rigoroso e dar guarida aos abusos de poder, consolidando a ditadura por um longo período de tempo no país.

Todos os desdobramentos da década de 1960 expostos acima, assim como as circunstâncias que os antecederam, vêm ao encontro das concepções de Michel Foucault (2007) sobre as “relações de poder” e os “focos de resistência”, sempre no plural! Noções de poder em sua capilaridade, circulando entre os indivíduos, provocando rachaduras, infiltrando nas extremidades. Poder não como proveniente de um ponto central, exercido verticalmente, mas como um suporte móvel e difuso que pode ser encontrado em toda parte e em todas as relações humanas. No provocar dessas transformações sociais e culturais, nas micropolíticas do cotidiano, as verdades “absolutas” e cristalizadas ao longo do tempo passaram a ser questionadas, assim como as múltiplas formas de dominação, como, por exemplo, o poder masculino sobre a mulher, o poder médico sobre o paciente, o poder paterno sobre os filhos, o poder do adulto sobre a criança.

E é a partir desses lugares que Telles elabora sua tessitura literária. Como ela mesma afirma, a função do escritor é “ser testemunha do seu tempo e da sua sociedade” (TEZZA, 2009, p. 285). Sendo assim, a escritora desvela em seus escritos temáticas que se aproximam do universo feminino, problematizando o lugar e as funções reservadas à mulher, uma vez que a autora fala de lugares específicos, e são neles que ela vai formar as suas experiências enquanto ocupa uma posição-de-sujeito particular, a saber, mulher, branca, de classe média.

Tendo nascido em uma família de classe média e vivendo na grande São Paulo, manifestou desde cedo seu desejo de estudar e formar-se profissionalmente, além de dedicar-se à Revista Literatura em Debate, v. 14, n. 26, p. 129-144, jul./dez. 2020. Recebida em: 31 ago. 2017. Aceita em: 10 ago. 2019.

escrita. Quando indagada ainda jovem pelo pai sobre seus objetivos, Telles (2015, p. 670) comenta:

Da minha parte eu quero apenas entrar para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, respondi ao meu pai. Lembrei ainda que poderia trabalhar para pagar esses estudos. Quanto aos tais contos que já começava a esboçar, desses me ocuparia nas horas vagas. Mas essa sua reivindicação aconteceu na Idade da Pedra Lascada? Alguém poderia perguntar. Não, até que não foi tão longe assim, vamos lá: começava a década de 40 quando a mocinha de boina e peixeira a tiracolo (não a faca, mas a rústica bolsa de couro cru dos feirantes) anunciou sua vontade de fazer isto e não outra coisa. A vocação. Hoje parece estranho me deter na circunstância e no sonho da menina classe média ousando um programa diferente, mas o fato é que não se desencadeara a avalanche das mudanças dos usos e costumes da nossa sociedade.

E, assim, a jovem escritora ia tecendo nos meandros das relações de poder, “comendo pelas beiradas”, conquistando sua autonomia, tão cara em uma época não tão distante assim. Sabia da invisibilidade feminina, das dificuldades, das “portas fechadas”, dos preconceitos. Nem por isso deixou de escrever. Se antes as personagens femininas eram criadas e explicadas a partir do ponto de vista masculino, a efetiva entrada da mulher na literatura possibilitou-lhe falar/escrever sobre si mesma. Era a mulher mesma despida e lida, sob a ótica feminina. Nas palavras de Telles (2015, p. 671) “agora é a própria mulher quem se desembrulha, se explica”.

Em grande parte dos romances publicados pela autora, suas personagens femininas vão frustrar as imposições sociais e fragmentar as construções identitárias. Temas como o amor, a profissão, a família e o casamento são recorrentes na obra de Telles, apresentados em tom crítico e dramático. As personagens, por sua vez, não são exatas, não atendem a estruturas binárias de representação, pelo contrário, assumem múltiplas identidades, sempre transitórias e inacabadas, instáveis. É o caso do romance *As meninas* (2009): três jovens estudantes vivendo na cidade paulistana, no início dos anos de 1970, com seus diferentes pontos de vista, escancarando a situação feminina que se transformava rapidamente. É a própria autora que vai, portanto, testemunhar o tempo vivido por ela mesma por meio das suas personagens-narradoras.

As Meninas, terceiro romance escrito por Telles, foi publicado em 1973 e bastante aclamado pela crítica, o que conferiu à autora importantes prêmios da literatura, como o “Coelho Neto”, o “Jabuti” e o “Ficção”, consagrando-a definitivamente na cena literária.

No ano de publicação do romance, o país vive o auge da ditadura imposta pelo regime militar brasileiro, em sua face mais nebulosa e autoritária. As transformações na vida política e cotidiana, desdobramentos de outros momentos agitados que vinham se intensificando ao longo do século, vêm acompanhadas também pelo aprofundamento na crise dos valores tradicionais. É nesse ponto que a romancista Lygia Fagundes Telles vai se aportar, ao adentrar o plano subjetivo das suas personagens-protagonistas, concentrando-se na vida cotidiana e na intimidade

dessas três meninas. Lia de Melo Schutz, mais conhecida como Lião, é uma ativista ligada a movimentos de esquerda, estudante de Ciências Sociais, trancou a matrícula no curso e convive constantemente com o medo de ser presa ou capturada pelos agentes da ditadura, como já aconteceu com pessoas próximas a ela, inclusive com o seu namorado Miguel, que está preso e prestes a ser exilado. Ana Clara Conceição é estudante de Psicologia, embora também tenha trancado o curso, vem de uma família desestruturada, deixando-a em situação de vulnerabilidade, já sofreu abuso sexual quando criança, é viciada em drogas e tem uma relação amorosa com um traficante de entorpecentes, o Max. Seu sonho é casar-se com um marido rico para tirá-la da situação miserável em que ela vive. E Lorena Vaz Leme, filha de uma família rica proprietária de grandes terras, cursa Direito e tem uma relação difícil com sua mãe, além de sofrer de um trauma de infância devido à morte acidental de seu irmão. Virgem, vive às voltas com um amor platônico, o M.N. que, segundo a própria personagem descreve, é um médico bem mais velho, é casado e tem filhos.

Lygia Fagundes Telles consegue trazer para o romance as inquietações, os desconfortos e as efemeridades características de uma sociedade cada vez mais pautada pelo individualismo. No caso das meninas, tem-se um painel representativo e multifacetado da mulher que conviveu com os anos da ditadura brasileira e testemunhou, ao mesmo tempo, o impacto das revoluções globais na vida de cada um. O modo de se relacionar afetivamente e sexualmente, a maior possibilidade de inserção feminina no mercado de trabalho e a consequente reorganização das atividades cotidianas, a crise do patriarcalismo e as novas configurações familiares constituem um quadro social dinâmico e sujeito a rápidas mudanças.

As três meninas são representações bastante distintas uma das outras que ora transitam entre a transgressão, ora entre a tradição. São diferentes histórias de vida, de diferentes camadas sociais, com distintos modos de viver, de agir, de pensar sobre si e sobre o outro, de se posicionar perante o mundo e de se constituir como sujeito. São também a quebra de qualquer modelo de representação feminina padronizada e naturalizante, que por muito tempo vigorou – e ainda vigora – no imaginário social, e que foi reproduzido pelos mais diversos artefatos culturais, também na literatura, sobretudo partindo predominantemente de autorias masculinas e, portanto, legitimadas. No romance em tela, são personagens mulheres que deixaram de ser objeto da criação masculina para tornarem-se sujeitos da narrativa.

E é o que Lygia Telles vai fazer dando voz às suas próprias personagens. A autora expõe diante do seu público leitor, por meio de suas personagens protagonistas, as diferentes realidades relacionadas ao universo feminino, trazendo à tona temas como o da sexualidade, da homossexualidade, do aborto, do racismo, da ditadura da beleza, enfim, uma miríade de temas

que parece querer provocar e desestabilizar o lugar do conforto, das certezas, dos discursos hegemônicos, das verdades sancionadas. Não há um único modo de vivenciar a feminilidade, mas muitas, e todas elas repletas de contradições, ambiguidades e inconstâncias. Seus valores, crenças e morais muitas vezes divergem entre si, outras vezes são reiterados ou repensados. Lorena, por exemplo, é uma jovem sonhadora e romântica que ainda preza pela virgindade, no entanto, nutre um sentimento platônico por um homem casado, colocando-se na posição subalterna de amante. Lia é fortemente movida por ideais, é bastante crítica em relação à posição social feminina e aos valores tradicionais, defende uma sexualidade mais livre das amarras sociais, mas já pensou em constituir uma família com Miguel, casar e ter filhos. Ana Clara é o “avesso” da mulher respeitável e esposável, porém seu maior objetivo de vida é casar-se com um homem rico para garantir o seu sustento.

Lygia Telles, juntamente com outras escritoras de sua época, ousou ao representar as personagens femininas, quebrando com qualquer modelo preestabelecido de feminilidade, apontando, sobretudo, para as singularidades e as múltiplas identidades, sem jogá-las, no entanto, para a outra margem, como se houvessem dois polos antagônicos entre a mulher submissa e a mulher transgressora. Explorou com maestria esses tempos de grandes mudanças, grandes crises e grandes revides. A mulher em seu constante devir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a literatura não é um campo neutro. Como prática discursiva, ela também é investida de posicionamentos situados em sistemas institucionais específicos. Se há autores/as que buscam transmitir valores hegemônicos, portanto, culturais e históricos de uma sociedade, há também autores/as que promovem descontinuidades, rupturas com o modelo dominante. Cada autor e autora expressa sua visão de mundo e também seu posicionamento político perante os grupos sociais aos quais pertence, logo, a construção de perfis identitários muitas vezes é derivada do contexto cultural em vigor na época em que o texto foi escrito, que não é homogêneo, mas sim plural.

Percorrer os textos com um olhar voltado para as relações de gênero ajuda-nos a compreender e, porque não, preencher as lacunas do saber histórico através da complementaridade da ficção literária. Buscar, dessa forma, analisar as relações de poder entranhadas no fazer literário, as formações discursivas da época em que cada produção foi publicada e o lugar de onde o autor ou autora fala. Destarte, é preciso ter em mente o contexto histórico e as motivações políticas dos/as narradores/as e das personagens que compõem as

narrativas. E mais, o quanto é possível depreender, a partir dos diferentes enredos, as transformações, os deslocamentos e as continuidades das representações de gênero e sexualidade.

Ao invés de se conformar com o estado atual das coisas, alegando que elas sempre foram assim, é necessário que se pergunte o porquê delas serem assim e quais ações podem ser promovidas para interferir nos jogos de poder que mantêm as coisas em seu “devido lugar”. Do mesmo modo, acreditar que as fronteiras dos diversos campos de saber, sobretudo o literário, podem ser derrubadas, subvertidas. Compartilhamos da visão de Paraíso (2014, p. 40) quando ela diz que “rupturas são necessárias para construirmos e divulgarmos outros sentidos, outras linguagens, outras práticas para o currículo e a educação”.

E é por acreditar nisso que reconhecemos o potencial da literatura para desestabilizar noções de verdade, para ressignificar a fixidez dos padrões identitários, para provocar um “curto-circuito”, como diria Camargo (2012), já que fomos ensinadas/os a pensar dentro de uma lógica binária. Inserir, por meio das discussões suscitadas na leitura dos textos literários, o não hegemônico, o caráter construído e provisório das representações de gênero e sexualidade, a pluralidade dos sentidos ficcionais que vão se formando e a intersecção entre o estético e o político da obra literária, visto que toda produção discursiva, sendo ela literária ou não, é fruto de um campo histórico-cultural no qual ela foi criada. Uma leitura politizada, de acordo com Cosson (2016), passa a valorizar o “como” o texto foi feito, em quais circunstâncias e que significados ele carrega.

Enfim, as reflexões aqui apresentadas, tendo como subsídio o romance “As Meninas” de Lygia Fagundes Telles, não poderiam ser provocadas sem que houvesse uma ponte com as práticas discursivas e os regimes de verdade produzidos no passado dos quais somos herdeiras/os. E a literatura oferece, por meio dos textos ficcionais, uma gama de representações e relações sociais que podem ser utilizadas para introduzir e explorar essas questões nos mais diversos espaços de discussão.

ABSTRACT: With the advent of post-structuralist studies, a range of possibilities open to interrogate and problematize the dominant discourses and penetrate the various areas of knowledge, among them Literature. In this way, it shows the importance of inserting, through the discussions raised, the constructed and provisional character of gender and sexuality representations, the diversity of the fictional senses that are forming and the intersection between the aesthetic and the political of the literary work. Bringing as object of analysis the novel *As Meninas*, by Lygia Fagundes Telles, the Post-structuralism research seeks above all to observe not only the literary text, but to question what is behind it, where this authorized speech starts, which subjectivation modes are in operation. Finally, it is proposed a reading that is capable of recognizing the literary text with all its multiplicity of discourse, as a confrontation space of language, ambiguities, contradictions and also as a place of resistance and ruptures.

KEYWORDS: Literature. Discourse. Post-Structuralism. Theories. Representation. Gender.

Referências:

Revista Literatura em Debate, v. 14, n. 26, p. 129-144, jul./dez. 2020. Recebida em: 31 ago. 2017. Aceita em: 10 ago. 2019.

BECK, Dinah Quesada; GUIZZO, Bianca Salazar. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. *Holos*, Rio Claro, v. 29, n. 4, p. 172-182, 2013.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. Cultura e diferenças no cotidiano da escola e no currículo. In: RIBEIRO, Cláudia Maria. (org.). *Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil*. Lavras: Ed. UFLA, 2012. p. 100-120.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 139 p.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010. 79 p.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. v. 1, 152 p.

GOMES, Carlos Magno. Leitura paródica da família patriarcal. In: SCHNEIDER, Liane et al. (orgs.). *Mulheres e literatura: cartografias crítico-teóricas*. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 277-292.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 49-63.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2014. 312 p.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 25-47.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 9, p. 9-21, 2º sem. 2001.

SANTOS, Pâmela Cristina Damasceno dos. A ordem do discurso foucaultiana: uma reflexão sobre contribuições filosóficas relativas à historiografia literária, literatura e práticas críticas. *Macabéa: Revista Eletrônica do Netli, Crato*, v. 1, n. 2, p. 200-209, dez. 2012.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SILVA, Tadeu Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário. *Guairacá*, Guarapuava, n. 25, p. 81-102, 2009.

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 301 p.

_____. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 669-672.

TEZZA, Cristovão. As meninas: os impasses da memória: posfácio. In: TELLES, Lygia Fagundes (Ed.). *As meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 285-293

WOODWARD, Kathleen. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.